

Condições favoráveis em 92

JORNAL DO BRASIL

A avaliação que qualquer pessoa fizer de 1991, no caso do Brasil, sempre estará condicionada a aspectos e valores bastante pessoais, o que é absolutamente natural. Não fosse sempre assim — em qualquer época, seja qual for o objeto da análise —, como justificar, por exemplo, que as pesquisas de opinião não apresentem resultados uniformes?



Não é tão fácil quanto se imagina fazer uma avaliação totalmente isenta. Afinal, somos humanos. Um esforço nesse sentido, contudo, deixa a nítida impressão de que 1991 foi, para o país, um momento de transição, um período utilizado na “arrumação da casa”.

Apesar de ter sido qualificado como um “plano”, o conjunto de medidas baixado no final de janeiro (Collo II) parece enquadrar-se bem mais na sequência natural do trabalho iniciado no exercício anterior. A ele foram sendo incorporadas novas iniciativas, e chegamos ao final do período com um novo “desenho” do país, ainda que levemos mais algum tempo — talvez anos, mesmo — para observar todos os contornos.

O efetivo início do programa de privatização, o equilíbrio das contas públicas e a quase total liberação dos preços são, sem dúvida, avanços sobre os quais talvez a nação ainda não tenha parado para refletir. Eles modificaram, de maneira profunda, o perfil que tínhamos até aqui, alterando o próprio papel do Estado. Os seus efeitos mais significativos serão sentidos à medida que o tempo passe. Isso quer dizer que acabamos com os problemas? Seria ingênuo pensar que sim. O que conseguimos, enquanto nação, foi lançar as bases de um novo relacionamento entre o Estado e a sociedade. A partir de agora, os vários problemas que decorriam das imperfeições anteriores — especialmente no que se refere às distorções no tratamento da questão social — poderão, aos poucos, ser equacionados. Só a longo prazo, entretanto, os efeitos serão sentidos.

É curioso observar, a esse respeito, como muitas vezes o que acontece com o país guarda alguma semelhança com aquilo que nos sucede individualmente.

Foi há poucos dias, por exemplo, que me dei conta que também o Grupo Monteiro Aranha promoveu uma “arrumação da casa” em 1991, à qual não faltaram esforços para a contenção de custos e, mesmo, atitudes no sentido de extinguir atividades deficitárias.

As alterações que promovemos estão em linha, é claro, com as nossas expectativas para 1992, que, por sua vez, não podem ser dissociadas daquelas que antevemos para o país.

A cisão que realizamos é, nesse sentido, significativa. Concentramos na empresa de capital aberto as nos-

sas participações em setores que julgamos extremamente atraentes — papel e celulose, petroquímica, vidro e telecomunicações —, tornando-a muito mais interessante no que se refere ao mercado de capitais.

O que está implícito nessa medida? Duas convicções: primeiro, aqueles setores devem ser muito dinâmicos para o país em 1992, especialmente em termos de conquista de mercados no exterior; segundo, o mercado de capitais tem tudo para manter a tendência já observada no ano passado, expandindo-se ainda mais, inclusive com o crescente ingresso de recursos externos. O que se viu, nos últimos meses, foi apenas um “teste”. Maior volume de investimentos em nossas bolsas será observado daqui por diante.

O retorno do Brasil ao mercado financeiro internacional — que ficou claro em 1991 com o sucesso alcançado por várias empresas na colocação de seus títulos — deve se consolidar com as renegociações no âmbito do Clube de Paris. Somando-se a isso a provável estabilização da economia, novos investimentos diretos deverão ocorrer.

É claro que o crescimento econômico será retomado aos poucos. Mais uma vez, seria ingênuo imaginar que, de um dia para o outro voltaremos a crescer a taxas de 8% ou 10% ao ano. Alguns sinais positivos, entretanto, já foram observados nos dois ou três últimos meses, com o “desengavetamento” de alguns projetos, à medida que crescia, entre o empresário, a convicção de que começamos a trilhar um caminho mais seguro, sem sustos e sem choques.

Parece conspirar favoravelmente para essa expectativa até mesmo a recente tendência de maior entendimento entre o Executivo e o Legislativo, que deve servir como modelo para toda sociedade. É visível, nos últimos meses, um amadurecimento do processo político, sem que, para isso, parlamentares, administradores públicos ou partidos tivessem que se despersonalizar.

Aos poucos, os diversos segmentos organizados da sociedade vão se dando conta de que é possível negociar, realizar entendimentos em torno de pontos comuns e deixar para adiante questões mais polêmicas, até porque muitas delas são, apenas, consequência do estágio de crise a que o país havia chegado.

De concreto, sabe-se, hoje, que a única saída para o Brasil está na retomada do desenvolvimento, de forma a que se possa gerar os recursos que o Estado utilizará na solução dos problemas sociais, já que progressivamente se afasta do setor produtivo. Temos que aumentar a nossa produção e torná-la competitiva e preparada para se integrar num mundo que está passando por gigantescas transformações.

O ano que se inicia pode e deve contribuir para tudo isso.